Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

ATA

Ata da 29ª reunião da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais

No dia 11 de dezembro de 2023, os membros da Comissão de Gestão do Plano de Logística Sustentável (CGPLS/TJMMG) estiveram reunidos na sala de reunião do sexto andar do Tribunal para a 29ª reunião ordinária, com a presença de seu presidente, o Exmo. Sr. Desembargador Fernando Armando Ribeiro, e dos servidores membros da comissão Ana Paula Brazileiro Vilar Hermont, Cláudio Márcio Soares de Figueiredo, Iara Rafaela Henriques Nascimento Silva, Lisiane Carvalho Nepomuceno, Maximiniano Félix Lopes, Nara da Silva Carvalho e Thais Fonseca Correa. A servidora Ivana Esperança de Castro Barros esteve ausente por motivo de folga de suas atividades laborais na data.

Nova pontuação do IDS para o Prêmio CNJ de Qualidade 2024

A servidora Lisiane explicou que, dentro do Prêmio CNJ de Qualidade, existe um item da comissão de PLS que está relacionado ao Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS). O índice é um ranking que o CNJ faz comparando o consumo per capita de todos os tribunais, quando são avaliados:

- energia elétrica
- água
- usuários por veículo
- copos descartáveis
- papel per capita
- papel para reciclagem
- água envasada

Lisiane destacou que, entre os 92 tribunais, o 1º lugar do IDS atualmente é do TRE-SP, com 84%. O TJMMG está ocupando a 50ª posição, com 72,31%. Ela comentou que os critérios de avaliação para o prêmio CNJ de 2024 aumentaram, e comparou as diferenças.

Antes, se o IDS estivesse:

- entre 40% e 49,9%, o tribunal ganhava 10 pontos;
- entre 50% e 59,9%, o tribunal ganhava 15 pontos;
- entre 60% e 64,9%, o tribunal ganhava 20 pontos;
- para igual ou acima de 65%, o tribunal ganhava 25 pontos.

Com 72,31%, o TJMMG atingiu pontuação máxima de 25 pontos.

Agora, a pontuação do IDS ainda é avaliada até 25 pontos, mas sob os seguintes critérios:

- entre 65% e 69% ganha 10 pontos;
- entre 70% e 74% ganha 15 pontos;
- entre 75% e 79% ganha 20 pontos;
- acima de 80% ganha 25 pontos.

Lisiane pontuou a todos que a meta para o prêmio de 2024 subiu, mostrando que a última pontuação do TJMMG, segundo os novos critérios, atingiria apenas 15 pontos. Comparou os dados de 2022 e 2023, mostrando que o TJMMG melhorou o consumo em todos os aspectos, porém aumentou 10% do consumo de água.

Lisiane lembrou que, mesmo o tribunal tendo melhorado nos outros aspectos, isso não significa que a posição vai melhorar nacionalmente, uma vez que os outros tribunais também podem melhorar suas pontuações. Só é possível ter certeza da avaliação quando sair o resultado.

Ana Paula perguntou se importa mais a posição ou o percentual do TJMMG.

Lisiane respondeu que o que importa é o percentual e apenas trouxe a posição para que todos percebam que o TJMMG está mediano em relação aos outros tribunais, mostrando que há margem para melhorar o consumo per capita para acima de 80%, afim de receber a pontuação máxima.

Nara perguntou se alguma ação em relação à água ficou pendente, além da troca das caixas de descarga para as de duplo acionamento, e como está o processo dessa ação.

Max respondeu que são cerca de 15 caixas que precisam de substituição e já tem um processo aberto para serviço de manutenção de ducha higiênica, encaminhado para a gerência. Sugeriu pensar em outra medida efetiva, uma vez que a manutenção das caixas de descarga pode não ser econômico na questão do consumo de água.

Lisiane concordou e citou a lavagem semanal do piso térreo e o uso de muita água para limpar cada andar como exemplos para se reduzir o consumo de água, se substituídos por outras formas de limpeza.

Max citou o teletrabalho como maneira para se economizar o consumo consideravelmente, exemplificando que dez pessoas em teletrabalho representam de 20 a 30 descargas a menos por dia de trabalho.

Lisiane concordou e disse que o teletrabalho reduziria até na água para consumo pessoal, que também é encanada para abastecer os filtros.

Iara argumentou que o ano de 2023 foi repleto de obras, refletindo em um consumo maior de água.

Lisiane comparou os dados de 2022 e 2023, e disse que, apesar do aumento do consumo em alguns meses, os números se mantêm. Ela lembrou ainda que os dados não são per capita, mas que o número de pessoas no TJMMG no ano é fixo, e o que influencia o aumento é o consumo feito por essas pessoas.

Cláudio destacou que o número de terceirizados aumentou em mais de 30%.

Nara perguntou se o consumo dos militares está incluso no cálculo do IDS.

Lisiane disse que não, que foram desconsiderados nos cálculos as pessoas que não são do corpo funcional do Tribunal, entre os quais Ministério Público e Defensoria Pública. Ela recordou que antes o consumo de todo o prédio era incluído no cálculo, mas, como acordado anteriormente, desde 2022 é considerado somente o consumo de servidores e terceirizados, com redução proporcional do cálculo. Essa forma de calcular também foi acordada no que tange o consumo de energia elétrica, considerando apenas servidores e terceirizados.

Nara sugeriu conversar com o setor de limpeza para reduzir o consumo da água na limpeza dos pisos, e perguntou sobre a implementação da proposta de acoplar garrafas PET nas caixas de descarga.

Lisiane respondeu que a proposta não foi aprovada pela administração.

Nara questionou que continua sendo entregue a autoridades e convidados água engarrafada para uso individual.

Max justificou que a compra de garrafas, mesmo que mínima, segue para atender as demandas de serviço fora do TJMMG. E que a compra segue dentro da meta estipulada.

Ana Paula sugeriu criar uma planilha com todos os gastos de água. Com esse diagnóstico situacional seria possível fazer um controle, encontrar os maiores gastos e buscar reduzi-los. Ela também sugeriu contatar o primeiro colocado do IDS entre os Tribunais, o TRE-SP, para usar as medidas de redução do consumo de água aplicados lá como modelo para criar um protocolo aplicável ao TJMMG.

A sugestão foi aprovada pela Comissão.

Cláudio sugeriu conversar com a administração para lavar a garagem a cada três meses e trocar o método de lavagem dos pisos, parando de jogar água direto, visando a redução de consumo.

A sugestão foi aprovada pela Comissão.

Lisiane informou sobre o não cumprimento da meta de participação de pelo menos 50% de pessoas convidadas para os eventos sobre sustentabilidade.

Lisiane lembrou que já foi pedido para verificar com a empresa que fornece as impressoras as estatísticas para analisar as impressões, buscando diminuir o uso para atingir a meta.

Reciclagem de lixo

Nara informou sobre a baixa efetividade do método de coleta de material para reciclagem adotado.

Ana Paula disse que, na auditoria onde atua, a informação disponível não funciona, porque a disposição das cores dos sacos nas lixeiras confunde, assim como o cartaz com orientações sobre o descarte.

Nara citou que um servidor da limpeza foi destacado para separar os lixos, mas isso não está ocorrendo por falta de uma mesa específica para o serviço.

Iara informou que é fiscal da empresa terceirizada Máxima e ficou responsável por verificar se a separação do lixo não está sendo realizada apenas por falta da mesa. Em caso positivo, vai fazer a requisição para o Almoxarifado solicitando a mesa, e à supervisora da terceirizada para que seja realizada a separação.

Max e Lisiane informaram que a mesa já foi definida – estava no depósito que fica na garagem - e só falta ser transportada para o local correto.

Indicadores para 2024

Lisiane citou os indicadores definidos para 2024 com os resultados positivos e negativos referentes à diminuição de:

Metas atingidas

- uso de copo descartável
- consumo de papel
- energia elétrica
- água/esgoto
- resíduos sólidos
- resíduos de informática
- reformas e concessões
- vigilância

- telefonia fixa e móvel
- veículos
- apoio ao serviço administrativo
- contratação sustentável
- participação em ações de qualidade de vida
- ações de qualidade de vida
- capacitação de sustentabilidade

Metas não atingidas:
- água envasada
- impressão
- gasto de reais por metro quadrado na limpeza
- combustível
- participação em capacitações de sustentabilidade

Lisiane sugeriu focar nesses itens que não atingiram a meta esperada e trocar a forma de medir o cálculo de limpeza, que é mais difícil controlar.

Campanha da Cores em janeiro

Lisiane lembrou que a última campanha deste mês foi Janeiro Branco, visando a saúde mental.

A sugestão foi aprovada pela Comissão.

Resumo das Decisões da Reunião e Responsáveis:

Decisão 1/ 29ª Reunião: Entrar em contato com TRE-SP para saber as medidas adotadas por eles para redução do consumo de água. Ana Paula

Decisão 2/ 29ª Reunião: Verificar com a empresa terceirizada Máxima se a separação do lixo não está sendo realizada apenas por falta da mesa. Em caso positivo, fazer a requisição para o Almoxarifado solicitando a mesa e à supervisora da terceirizada para que seja realizada a separação. Iara

Decisão 3/ 29ª Reunião: Solicitar uma reunião com terceirizados e respectiva supervisora para fazer um levantamento de onde está tendo consumo de água na limpeza, a fim de embasar novas propostas de redução. Lisiane

Decisão 4/ 29ª Reunião: Pesquisar como outros tribunais estão medindo o cálculo de limpeza para propor a troca do indicador no TJMMG. Lisiane

Sem nada mais na pauta a ser discutida, a reunião foi encerrada.

A presente ata foi redigida por Ivana Esperança de Castro Barros, e assinada pelo desembargador Fernando Armando Ribeiro, presidente da Comissão.

---

sei! assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO JOSÉ ARMANDO RIBEIRO**, **Assessor Jurídico**, em 15/02/2024, às 14:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.tjmmg.jus.br/servicos informando o código verificador **0292217** e o código CRC **6465DD25**.

22.0.000000740-8 0292217v6

Rua Tomaz Gonzaga - Bairro Lourdes
CEP 30310-140 - Belo Horizonte - MG